

PRÓLOGO

Estou deleitado a dar as boas vindas à publicação da Revista Jurídica da SADC (SADC Law Journal) que é exclusivamente dedicada aos aspectos jurídicos da integração regional na Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC). Embora hajam bastantes escritas duntas sobre os aspectos económicos e políticos da integração regional na SADC, há uma falta de artigos jurídicos sobre tal integração. Esta iniciativa preenche uma lacuna importante e é consequentemente laudável. Como Presidente do Tribunal da SADC (Tribunal), entendo o papel vital que escrita erudita académica desempenha na formação da jurisprudência de qualquer regime jurídico. Neste aspecto estou confiante que a Revista Jurídica da SADC irá esculpir um nicho para si mesma.

A inauguração da Revista Jurídica da SADC é oportuna; acontece numa altura adequada quando se têm levantado várias questões sobre o mandato e a jurisdição do Tribunal. Também têm havido interpretações incorrectas acerca do papel do Tribunal no fortalecer da integração regional na SADC. É importante notar-se que o sucesso da integração regional na SADC depende muito até que ponto o Tribunal garante que o Tratado da SADC, os Protocolos da SADC e outras normas da SADC sejam adequadamente interpretados. Neste aspecto, a Revista Jurídica da SADC serviria como uma plataforma para disseminar a interpretação de vários aspectos de tal Tratado e de tais Protocolos e doutras normas pelo Tribunal.

A longo termo a Revista Jurídica da SADC serviria como um fórum para informar o público sobre a importância do Tribunal no processo de fortalecer a integração regional na SADC. Nós, no Tribunal, também acreditamos que a Revista Jurídica da SADC será um instrumento importante para criar uma maior consciência acerca do Tribunal e das suas actividades não só na Região da África Austral mas também a nível internacional e proporcionar aos leitores e às leitoras os últimos desenvolvimentos na área do código de leis da SADC, à medida que estas evolvem.

Considero que a Revista Jurídica da SADC deveria servir como uma plataforma onde tanto eruditos(as) proeminentes como juristas ilustres podem compartilhar os seus pontos de vista sobre vários aspectos do Tratado da SADC, dos Protocolos da SADC e doutras normas da SADC. A riqueza do conhecimento e da experiência destes(as) eruditos(as) e juristas deveriam contribuir para moldar o discurso jurídico sobre a integração regional e examinar as questões jurídicas centrais no processo de integração na SADC.

Na minha opinião tais questões não deveriam necessariamente ser limitadas a áreas que forem trazidas perante o Tribunal para serem interpretadas mas deveriam também estenderem-se a outras áreas que caiam dentro do corpo de leis da SADC. Para este fim, a Revista Jurídica da SADC deveria

PRÓLOGO

publicar artigos inovadores nas áreas seguintes, entre outras: o mandato, a jurisprudência e a autoridade do Tribunal; avaliação do Tratado da SADC, dos Protocolos da SADC e doutra legislação subsidiária; a relação entre a SADC, outras comunidades regionais Africanas e a União Africana; estudos comparativos entre a SADC e outras comunidades de integração regional; Estado de Direito, democracia, direitos humanos e questões de comércio dentro do contexto de integração regional na SADC e a harmonização de leis nacionais dentro de tal âmbito. É gratificante notar que estas áreas são de facto o foco dos empenhos da Revista.

Em termos de qualidade da Revista Jurídica da SADC, o Conselho Editorial e o Conselho Consultivo Internacional consistem de eruditos(as) e funcionários(as) internacionais altamente célebres. Com a qualidade de tais eruditos(as) e funcionários(as), estou convencido que somente serão publicados na Revista Jurídica da SADC os melhores artigos académicos. Como Presidente da Fundação Particular ('Trust', em inglês) da Revista Jurídica e Presidente do Tribunal, sinto-me privilegiado, juntamente com os meus e as minhas colegas do Tribunal, estar associado com este ponto de referência.

Portanto, intimo que todas as partes interessadas no processo de integração da região da SADC contribuam sem reservas com a sua parte e com o seu apoio a favor da Revista Jurídica da SADC e que façam dela um sucesso duradouro.

Finalmente, na minha capacidade de Presidente da Fundação da Revista Jurídica da SADC, eu falharei nos meus deveres se não colocar no registo a assistência valiosa dada pela Konrad-Adenauer-Stiftung e pelo o seu director, o Dr. Anton Bösl, ao garantirem a publicação contínua da Revista Jurídica da SADC como um processo viável.



**Juiz do Supremo Tribunal Ariranga G Pillay
Presidente do Tribunal da SADC**